

Política partidária e gestão fiscal no Brasil: as ideologias importam?

Alann Inaldo Silva de Sá Bartoluzzio, Cláudia Ferreira da Cruz, Marcelo Alvaro da Silva Macedo, Odilanei Moraes dos Santos |

Resumo

Esta pesquisa objetiva analisar como a representação ideológico-partidária influencia a condição fiscal dos municípios brasileiros. A partir da Teoria dos Ciclos Políticos, avaliou-se como a ação partidária afeta a condução de governos locais e como a estrutura fiscal e orçamentária pode ser gerida nos moldes dos Ciclos Político-Orçamentários. Tendo em vista as particularidades da arena política nacional, uma avaliação da condição fiscal foi desenvolvida durante dois ciclos políticos completos, permitindo observar que os partidos, localizados em diferentes posições ao longo do continuum ideológico, explicam diferentes aspectos da gestão fiscal municipal, sinalizando que categorias da estrutura orçamentária podem ser mobilizadas visando o alcance de retornos favoráveis nas urnas e que os cidadãos retribuem de formas distintas a responsabilidade fiscal em períodos eleitorais. Ao trazer a ideologia para o centro da investigação, esta pesquisa permite que a ação partidária seja compreendida em maior nível de detalhe, contribuindo com as avaliações partidárias nos ciclos políticos e com as pesquisas que introduzem elementos ideológicos na análise fiscal.

Palavras-chave: Teoria dos Ciclos Políticos; Gestão Fiscal; Partidarismo; Ideologia.

Abstract

This research aims to analyze how ideological representation influences the fiscal condition of Brazilian municipalities. Based on the Theory of Political Cycles, it was evaluated how the partisan action affects the conduction of local governments and how the fiscal and budgetary structure can be managed along the lines of the Political-Budget Cycles. Looking at the particularities of the national political arena, an evaluation of the fiscal condition was developed during two complete political cycles, allowing us to observe that parties, located in different positions along the ideological continuum, explain different aspects of municipal fiscal management, signaling that categories of the budget structure can be mobilized aiming at favorable returns at the polls and that citizens reward fiscal responsibility in different ways during election periods. By bringing ideology to the center of the investigation, this research allows for party action to be understood at a greater level of detail, contributing to party assessments in political cycles and to research that introduces ideological elements into the fiscal analysis.

Key-words: Political Cycle Theory; Fiscal Management; Partisanship; Ideology.

1. Introdução

A Teoria dos Ciclos Políticos analisa as decisões dos partidos e eleitores em um ambiente democrático (Downs, 1957, 1999). A partir dos incentivos que delineiam a forma como os governos são conduzidos, os partidos políticos podem explorar aspectos macroeconômicos (Nordhaus, 1975) ou utilizarem assimetrias de informações (Rogoff e Sibert, 1988; Rogoff, 1990) para gerar benefícios sociais de curto prazo que ampliem o alcance de retornos favoráveis nas urnas.

Como os grupos eleitorais possuem preferências distintas sobre as ações governamentais, a busca pela representação leva as agremiações a alinharem suas decisões às expectativas de grupos que lhes garantam o maior número de votos (Hibbs, 1977, 1992). Esse processo pode ser verificado pelo manejo de variáveis econômicas (Alesina, 1987, 1989; Alesina e Sachs, 1988) e pelo uso discricionário da estrutura fiscal e orçamentária (Alesina, Cohen e Roubini, 1993; Magkonis, Zekente e Logothetis, 2021).

O uso oportunista da estrutura fiscal está associado à alocação sistematizada do gasto público nas categorias de maior visibilidade (Klein e Sakurai, 2015; Queiroz, 2015), ou por sua expansão estratégica em períodos de evidência política (Gama Neto, 2019), ampliando a ocorrência de déficits orçamentários e a insustentabilidade das finanças públicas.

Nesse debate, a ideologia é utilizada para sinalizar o comportamento partidário esperado na tentativa de representar as expectativas dos eleitores, pois enquanto os grupos de esquerda são mais inclinados à ações expansionistas e redistributivas, os de direita tendem a priorizar iniciativas restritivas visando o equilíbrio fiscal e o ajuste das contas públicas (Alesina, Cohen e Roubini, 1993; Tellier, 2006; Herwartza e Theilenb, 2017). No Brasil, esse debate fica às margens das discussões, impossibilitando indicar de forma abrangente a influência que a ideologia partidária exerce na gestão fiscal (Sakurai, 2009; Sakurai e Menezes-Filho, 2011; Bartoluzzio e Anjos, 2020).

A partir dessas interlocuções, buscou-se responder a seguinte questão problema: em que medida as ideologias partidárias influenciam a responsabilidade fiscal nos municípios brasileiros e qual seu impacto nos resultados eleitorais? Visualizando a relação entre ciclos oportunistas e a ação partidária (Manjhi e Mehra, 2019), uma releitura da Teoria dos Ciclos Políticos foi desenvolvida com foco no partidarismo (Downs, 1957, 1999) para uma avaliação que leve em consideração a singularidade da dinâmica política do Brasil. Portanto, esta pesquisa tem por objetivo analisar em que medida as ideologias partidárias influenciam a responsabilidade fiscal nos municípios brasileiros e seu impacto nos resultados eleitorais.

Além da lacuna teórica mencionada, esta investigação se justifica porque a literatura que analisa questões partidárias nos ciclos políticos normalmente se baseia em ambientes bipartidários com ideologias bem consolidadas (Hibbs, 1977; Alesina, 1987; 1988). Tais elementos não se aplicam ao Brasil, que é marcado pelo pluripartidarismo e pelos estilos individuais de representação (Salles e Guarnieri, 2019). Essas pesquisas também se baseiam nas premissas do Ciclo Político-Econômico a partir da perspectiva de Nordhaus (1975). Neste estudo, a tomada de decisão dos partidos políticos é analisada com base no Ciclo Político-Orçamentário (Rogoff, 1990), o que permite avaliar as decisões ideológicas em outra perspectiva.

Por fim, buscou-se desenvolver uma análise abrangente da condição fiscal municipal com base na utilização das medidas operacionalizadas no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), nos limites impostos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela utilização dos indicadores relacionados aos Ciclos Político-Contábeis, que utilizam informações

contábeis para analisar o comportamento da estrutura patrimonial e orçamentária dos entes públicos, o que permite ampliar as discussões sobre comportamento fiscal e introduzir elementos ainda pouco explorados nas pesquisas que envolvem a temática: a ideologia partidária.

Salienta-se que a discussão proposta leva em consideração aspectos da ideologia político-partidária. Ou seja, busca analisar como os partidos políticos, posicionados em diferentes pontos ao longo do continuum ideológico (ver Power e Rodrigues-Silveira, 2019), administram a estrutura fiscal e orçamentária nos municípios brasileiros. É nesse aspecto que a pesquisa está focalizada e que a discussão proposta se desenvolve.

Os achados sinalizam que o comportamento fiscal do contexto municipal brasileiro pode ser compreendido a partir de aspectos ideológicos do comportamento partidário e que avaliações consistentes podem ser desenvolvidas a partir das informações fiscais e orçamentárias nos moldes dos Ciclos Político-Orçamentários.

2. Fundamentos Teóricos

2.1 Teoria dos Ciclos Políticos, Ideologia Partidária e Ciclos Político-Orçamentários

A Teoria dos Ciclos Políticos (TCP) aborda como os partidos e eleitores tomam decisões em um ambiente democrático (Downs, 1957). Na TCP, os partidos representam a coalizão de homens que se organizam livremente para vencer a disputa eleitoral e controlar o aparato do Estado, dessa forma, “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (Downs, 1990, p. 50).

Isso significa que os partidos podem vincular as ações do governo às preferências de grupos sociais, relacionando a atividade política à ideologia (Downs, 1990). Como os eleitores acessam informações parciais e dispendiosas, as agremiações diminuem os custos informacionais por meio da definição de projetos com capacidade de representação ideológica, otimizando a decisão de voto (Downs, 1957).

Para Downs (1999, p. 118-120), a ideologia é uma ferramenta útil para a conciliação de expectativas entre políticos e eleitores. Através dela, os indivíduos podem dimensionar o comportamento partidário esperado na arena política, selecionando aqueles que mais se aproximam das suas preferências econômicas, fiscais e orçamentárias. É nesse sentido que Downs (1990, p. 121) visualiza a utilidade da ideologia tanto para os partidos, quanto para os cidadãos, pois reduz custos informacionais na análise relativa das propostas político-partidárias individuais ao mesmo tempo que serve como atalho para alinhar as prioridades políticas com o comportamento partidário durante o ciclo político.

Essa dinâmica pode ser observada nas duas principais etapas da TCP. Inicialmente, na análise das preferências macroeconômicas dos votantes nos Ciclos Político-Econômicos (Nordhaus, 1975), e, em seguida, nos Ciclos Político-Orçamentários pela análise das assimetrias de informações entre incumbentes e eleitores por meio de variáveis fiscais e orçamentárias (Rogoff, 1990).

Na perspectiva do Ciclo Político-Econômico, uma associação dinâmica entre inflação e desemprego é utilizada para gerar um ambiente favorável aos eleitores no curto prazo. Como os cidadãos são míopes às ações mais recentes e receptivos ao pleno emprego, uma política expansionista é incentivada em períodos eleitorais. Após as eleições, ações restritivas são aplicadas para controlar os níveis de inflação, gerando um ciclo (Nordhaus, 1975).

Nesse ambiente, Hibbs (1977) verifica que os grupos sociais possuem preferências distintas sobre a política econômica, estando as classes mais pobres alinhadas a uma ação expansionista, enquanto as mais ricas valorizam a estabilidade nas taxas de inflação. Como o voto ideológico reduz custos informacionais, os partidos de esquerda propõem ações que viabilizem o pleno emprego, enquanto os de direita adotam políticas fiscais restritivas visando a estabilidade dos preços.

Contribuindo a esse debate, Alesina (1987) observa que os eleitores aprendem com os ciclos eleitorais e que a decisão de voto é tomada racionalmente, tendo a ideologia um papel chave no processo de representação. Isso revela que os partidos possuem preferências claras sobre a economia e agem para suprir as expectativas de curto prazo do seu grupo eleitoral (Alesina e Sachs, 1988; Alesina, 1989), havendo uma diferença empiricamente observável entre as estratégias ideológicas adotadas (Hibbs, 1992).

Mais tarde, as pesquisas relacionadas ao Ciclo Político-Orçamentário consideram os eleitores como decisores racionais, sendo o ciclo político resultado da assimetria temporária de informação entre eleitores e governantes (Rogoff e Sibert, 1988; Rogoff, 1990). Para Rogoff (1990), os partidos possuem informações antecipadas sobre o desempenho da gestão na promoção de bens e serviços públicos e divulgam apenas aquelas que sinalizam o manejo na condução do Estado.

Essa sinalização, aliada à tentativa dos partidos expressarem compatibilidade com as preferências fiscais dos cidadãos, afeta especialmente o volume de recursos alocados em períodos estratégicos e a composição da despesa pública, levando o debate para variáveis orçamentárias, como as categorias econômicas da despesa e os gastos de consumo do governo (Eslava, 2005; Drazen e Eslava, 2010).

A expansão da despesa pública está atrelada ao incentivo que os políticos possuem em sinalizar competência aos cidadãos em períodos eleitorais (Shi e Svensson, 2006). Com a expansão da despesa pública em áreas finalísticas, os eleitores avaliam suas decisões com base no volume de bens e serviços recebidos e só tomam conhecimento das consequências fiscais em um período subsequente (Rogoff, 1990).

Na manipulação da despesa pública, os votantes são simpáticos a determinados gastos e os governantes alteram a sua estrutura para sinalizar que compartilham das mesmas preferências fiscais dos eleitores (Drazen e Eslava, 2010). Essa mudança acontece por meio da valorização das despesas com investimentos de infraestrutura visíveis à população (Eslava, 2005). Ressalta-se que essa alteração pode não ser acompanhada de uma deterioração na condição fiscal.

Isso porque os eleitores podem punir a expansão desenfreada da despesa pública nos períodos eleitoreiros em decorrência do conservadorismo fiscal. Portanto, haverá uma tentativa de expandir os gastos em determinadas áreas, enquanto outras serão retraídas, mantendo o equilíbrio orçamentário e evitando déficits globais pelo impacto negativo exercido sobre os eleitores (Eslava, 2005; Drazen e Eslava, 2005; Brender e Drazen, 2008).

As contribuições nacionais dialogam com o que foi desenvolvido internacionalmente. Expansões na despesa pública em períodos eleitoreiros são observadas e estão associadas às chances de reeleição dos políticos (Sakurai, 2005; Nakaguma e Bender, 2010; Sakurai e Menezes-Filho, 2011; Gama Neto, 2019), desde que dentro dos limites de déficits aceitáveis pelos eleitores (Klein, 2010). Manipulações na composição da despesa também foram observadas, havendo uma valorização nos gastos em áreas finalísticas em períodos eleitoreiros (Sakurai e Menezes, 2008; Klein e Sakurai, 2015; Queiroz, 2015).

As pesquisas que incorporam discussões ideológicas no Brasil ainda são incipientes e sinalizam resultados diversificados, como a influência partidária na alocação dos recursos públicos (Sakurai, 2009), no equilíbrio orçamentário (Sakurai e Menezes-Filho, 2011), e na responsabilidade fiscal (Bartoluzzio e Anjos, 2020).

De modo geral a literatura confirma que os grupos sociais possuem preferências claras sobre a gestão fiscal e orçamentária dos governos e que a ideologia cumpre um papel importante no processo de representação, estando os partidos de esquerda mais susceptíveis a déficits fiscais (Alesina, Cohen e Roubini, 1993; Herwartza e Theilenb, 2017; Klein e Sakurai, 2015; Magkonis, Zekente e Logothetis, 2021). Nesse sentido, é possível observar uma relação temporal entre os ciclos oportunistas e partidários (Manjhi e Mehra, 2019) e a associação entre a ideologia e os gastos do governo (Magkonis, Zekente e Logothetis, 2021), ambiente em que essa pesquisa se situa.

Com base nessas discussões a Figura 1 é apresentada para a construção das hipóteses:



Figura 1: Esquema de representação das hipóteses levantadas.

Nesse sentido, a atual investigação está estruturada em uma hipótese central: (H1) os partidos políticos distinguem-se entre si ideologicamente visando representar diferentes grupos eleitorais, lidando de formas distintas com a gestão fiscal subnacional (ver Alesina, Cohen e Roubini, 1993; Tellier, 2006; Herwartza e Theilenb, 2017). Alinhada a essa hipótese, considera-se que os governos de esquerda como os mais propensos a ações expansionistas, afetando a condição fiscal (H1a) (Alesina, Cohen e Roubini, 1993; Herwartza e Theilenb, 2017; Klein e Sakurai, 2015; Magkonis, Zekente e Logothetis, 2021).

2.2 Contextualização da Dinâmica Ideológica na Política Brasileira

No ambiente político, as ideologias auxiliam a compreender o comportamento dos partidos e eleitores, simplificando os valores que operam na dinâmica política e concentrando as convicções entre os participantes (Jorge, Faria e Silva, 2020). A identificação ideológica também é necessária para a *accountability* eleitoral na relação contemporânea entre o Estado e a sociedade, pois os partidos carregam atributos simbólicos que servem para diferenciar políticos e eleitores (Power e Zucco Jr., 2009; Tarouco e Madeira, 2013a).

Para introduzir o debate ao contexto brasileiro, é necessário discutir as especificidades nacionais e a viabilidade de importar os conceitos desenvolvidos em outros ambientes históricos (Tarouco e Madeira, 2013a). Isso porque os resultados empíricos são diversos, indicando o enfraquecimento da identificação partidária e a baixa capacidade de distinção entre as agremiações em alguns contextos e a forte reconhecimento em outros, sinalizando que não é possível rejeitar a influência da política partidária nas decisões de voto e a capacidade dos partidos estruturarem o ambiente competitivo (Silva et al., 2013).

No Brasil, dois problemas favorecem a incoerência ideológica: as coligações eleitorais e as migrações partidárias (Carreirão, 2014). É recorrente a coalizão de partidos com posições ideológicas diversas se predispondo à formação de grupos com identidades incongruentes (Tarouco e Madeira, 2015). A migração partidária também está cada vez mais recorrente, popularizando a formação de partidos com ecletismo ideológico (Carreirão, 2014).

A entrada de governos minoritários também prejudica a noção de incumbência e a *accountability* eleitoral (Rebello, 2015). Os eleitores enfrentam dificuldades em culpabilizar os políticos dada personalização do voto na política subnacional e pela ausência de informações que permitam reconhecer quem é o governo e o partido a ele atrelado. Para superar essas dificuldades, mais informações precisam ser compartilhadas para ampliar a evidência da responsabilidade, oportunizando a responsabilização (Rebello, 2015).

No nível municipal esse contraste se amplia, pois o clientelismo, os estilos individuais de representação e as desigualdades sociais prejudicam a capacidade de *accountability* (Salles e Guarnieri, 2019). Soma-se ainda o fato de parcela da população brasileira não saber o que representa a “esquerda” e a “direita” mesmo para partidos amplamente debatidos pela opinião pública (Tarouco, Vieira e Madeira, 2015). Conforme Rebello (2015), na atualidade o voto é considerado uma ferramenta limitada à produção de governos, pois os políticos são vistos como gerenciadores da máquina pública e a decisão eleitoral ocorre de forma retrospectiva, diminuindo a representatividade ideológica.

As classificações ideológicas podem se basear na dicotomia esquerda-direita ou se dividirem em mais de dois posicionamentos (Zucco e Power Jr., 2009). A perspectiva esquerda-direita geralmente se apoia em uma classificação prévia já consolidada na literatura, enquanto a criação de mais de duas categorias incorpora elementos como atitudes, opiniões e posicionamentos (Tarouco e Madeira, 2013a).

Parte da literatura reconhece que a terminologia esquerda-direita possui pouca capacidade de explicar o comportamento partidário e que os conceitos que fundamentam as classificações variam significativamente ao longo do tempo (Silva et al., 2013; Tarouco, Vieira e Madeira, 2015). Para Bobbio (1995), os termos “direita” e “esquerda” representam ações políticas conflituosas, visto que existem posições intermediárias situadas entre os dois extremos, buscando um espaço entre ambos.

Nesse sentido, os partidos podem ocupar uma região central. Denominada de “centro”, essa posição permite que novas categorias sejam propostas para indicar a distância dos partidos em relação aos extremos, levantando a discussão sobre “centro-esquerda”, “centro-direita” e “esquerda e direita moderadas” (Silva et al., 2013). Além disso, os partidos podem se movimentar dentro da escala ideológica apresentando programas com diferentes posições ao longo das eleições (Bolognesi, Babireski e Maciel, 2019).

No Brasil, Zucco e Power Jr. (2009) sinalizam que a ordenação ideológica permanece consideravelmente estável, permitindo uma descrição consistente dos partidos. Algumas vantagens dessas classificações podem ser ressaltadas, como a possibilidade de analisar trajetórias, compreender os valores representativos da arena política e desenvolver a identificação ideológica (Silva et al., 2013).

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Seleção da Amostra

A amostra de municípios foi obtida por meio de uma seleção estratificada proporcional. Os municípios foram alocados em sete estratos com base na sua dimensão populacional e escolhidos aleatoriamente considerando um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 95%, totalizando 360 gestões.

Tabela 1 – Seleção da amostra.

Estratos	Habitantes	Quantidade de Municípios	Amostragem	Margem	Municípios Analisados
I	$> 1 \leq 5.000$	1.235	80	9	89
II	$> 5.000 \leq 10.000$	1.215	78	12	90
III	$> 10.000 \leq 20.000$	1.352	87	13	100
IV	$> 20.000 \leq 50.000$	1.103	71	14	85
V	$> 50.000 \leq 100.000$	355	23	7	30
VI	$> 100.000 \leq 500.000$	268	18	7	25
VII	> 500.000	42	3	3	6
Total		5.570	360	65	425

Nota: A formação dos estratos foi baseada no plano amostral utilizado pela Escala Brasil Transparente 3.0 (CGU). Esse tipo de amostragem é referência na avaliação da transparência ativa e passiva nas esferas municipal e estadual, constituindo uma possibilidade de seleção amostral convencionada entre práticos e teóricos (ver Bartoluzzio e Anjos, 2020).

Levando em consideração a perda de informações que decorre da ausência e da inconsistência dos dados governamentais em pesquisas empíricas, a quantidade de municípios foi acrescida em aproximadamente 18%, somando 425 observações. Essa forma de seleção foi adotada para englobar a pluralidade socioeconômica e política do contexto brasileiro, viabilizando análises mais abrangentes.

3.2 Mensuração dos Ciclos Políticos

O ciclo político é o mandato eleitoral de quatro anos, período em que os partidos conduzem as atividades do Estado e que eleições acontecem para que o eleitorado decida sobre a manutenção do grupo em atividade. Nessa pesquisa, a análise engloba dois ciclos políticos entre 2008 e 2016 (Ciclo I: 2009-2012; Ciclo II: 2013-2016), período que abrange três anos eleitorais (2008, 2012 e 2016).

3.3 Classificação da Ideologia Partidária

A classificação dos partidos políticos foi obtida da padronização de Power e Rodrigues-Silveira (2019), que evidenciam a posição ideológica de cada agremiação ao longo de treze ciclos eleitorais. Os autores coletaram informações das Pesquisas Legislativas Brasileiras (BLS) para analisar a autoimagem da classe política, permitindo (a) avaliar a ideologia de cada partido em cada um dos ciclos políticos; e (b) observar as diferentes posições ideológicas ao longo das eleições.

O indicador vai de (-1) extrema-esquerda à (+1) extrema direita, sendo (0) o valor de referência para os grupos de centro. Cinco intervalos com distâncias equivalentes foram criados na escala de Power e Rodrigues-Silveira (2019) para classificar os partidos nas categorias ideológicas propostas por Bolognesi, Babireski e Maciel (2019), sendo elas: extrema-esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e extrema-direita.

As classificações podem ser verificadas na Figura 2:

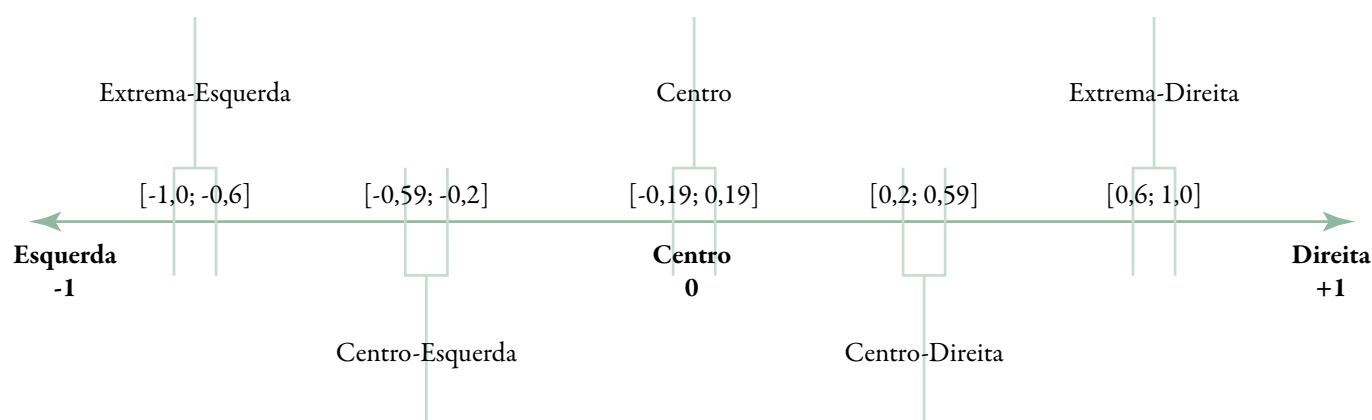


Figura 2: Intervalos definidos para os grupos ideológicos.

Nota: Os partidos foram categorizados em cada ano eleitoral (2008, 2012 e 2016) para representar a posição ideológica durante o ciclo político seguinte.

Essa estratégia foi aplicada porque os especialistas são mais bem informados, conhecem a literatura adequada e possuem expertise em atividades de especificação (Bolognesi, Babireski e Maciel, 2019). As pesquisas também reconhecem o BLS como capaz de representar a posição ideológica dos partidos contextualmente, sendo esse um projeto coletivo desenvolvido para analisar a autoimagem da classe política brasileira (Power e Zucco Jr., 2009, 2012; Tarouco e Madeira, 2013b, 2015).

3.4 Indicadores da Gestão Fiscal

A condição fiscal dos municípios está representada em três aspectos: (1) do IFGF, (2) dos limites para o gasto público com base na LRF, e (3) do conjunto de indicadores relacionados aos Ciclos Político-Contábeis.

O IFGF é um indicador desenvolvido com o objetivo de analisar a condição fiscal dos entes subnacionais no Brasil. O índice é composto por cinco subindicadores que avaliam a competência na arrecadação, o grau de rigidez do orçamento, a capacidade de investimento, a suficiência de caixa e o custo da dívida (IFGF, 2016).

Tabela 2 – Índice Firjan de Gestão Fiscal

Indicador	Operacionalização
Receita Própria	$(\text{Receita Própria} \div \text{RCL})$
Gasto com Pessoal	$(\text{Gasto com Pessoal} \div \text{RCL})$
Investimentos	$(\text{Investimentos} \div \text{RCL})$
Liquidez	$(\text{Caixa} - \text{Obrigações Em Circulação}) \div (\text{RCL})$
Custo da Dívida	$(\text{Juros e Amortizações} \div \text{RCL})$

Fonte: IFGF (2016). Nota: RCL – Receita Corrente Líquida.

Após a mensuração dos indicadores os municípios são classificados em quatro categorias: (1) Gestão de Excelência (acima 0,8 pontos), (2) Boa Gestão (entre 0,6 e 0,8 pontos), Gestão em Dificuldade (entre 0,4 e 0,6 pontos) e Gestão Crítica (inferiores a 0,4 pontos). O principal objetivo na utilização do IFGF é analisar a responsabilidade fiscal sobre os indicadores mencionados, isso porque, quanto maior o índice, mais equilibrada é a gestão do ente. O período de análise do IFGF é de 2006 a 2016 e as informações foram obtidas no portal eletrônico do Sistema Firjan.

A LRF é uma norma que auxilia o planejamento das atividades do governo para consolidar o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilização. Para a avaliação normativa são considerados os gastos que envolvem: despesa com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de créditos e antecipação de receita.

Tabela 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal

Indicador	Limite (%) da RCL	Cálculo da Margem
Despesa com Pessoal	54%	$(0,54 - \text{Despesa com Pessoal}/\text{RCL}) \div 0,54$
Dívida Consolidada Líquida	120%	$(1,2 - \text{Dívida Consolidada}/\text{RCL}) \div 1,2$
Concessão de Garantias	22%	$(0,22 - \text{Garantias}/\text{RCL}) \div 0,22$
Operações de Crédito	16%	$(0,16 - \text{Operações de Crédito}/\text{RCL}) \div 0,16$
Antecipação de Receita	7%	$(0,07 - \text{Antecipação de Receita}/\text{RCL}) \div 0,07$

Fonte: Margem adaptada de Cruz e Afonso (2018).

As análises abrangem os gastos percentuais para cada indicador e as margens sobre os limites impostos na LRF. A margem indica a distância dos municípios em relação aos percentuais impostos para cada categoria, indicando que quanto mais distante do teto estiver a gestão, maior o nível de responsabilidade fiscal (Cruz e Afonso, 2018). Assim como no IFGF, as margens sobre os indicadores dispostos na LRF indicam quão bem estruturada é a gestão fiscal e responsáveis são os municípios. O período de análise abrange cada um dos anos eleitorais (2008, 2012 e 2016) e as informações foram coletadas individualmente nos relatórios fiscais disponibilizados pelo Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Vicente e Nascimento (2012) sinalizam que as informações contábeis podem evidenciar a política fiscal do governo, sendo a análise dos demonstrativos capaz de expor distorções relacionadas aos ciclos políticos (os Ciclos Político-Contábeis). Nove dos treze indicadores apontados pelos autores foram reduzidos em 4 dimensões latentes por meio da Análise Fatorial Exploratória (AFE), sendo elas:

Tabela 4 – Indicadores dos Ciclos Político-Contábeis

Dimensões Latentes Geradas pela AFE	
(Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária) (Receita Orçamentária Corrente/Despesa Orçamentária Corrente) (Receita com Dívida Ativa/Saldo da Dívida Ativa)	Habilidade Orçamentária
(Despesa com Pessoal/Despesa Orçamentária) (Despesa com Investimento/Despesa Orçamentária)	Capacidade de Investimento
(Saldo de Caixa Acumulado no Ano) (Receita Tributária/Receita Orçamentária)	Economia Arrecadatória
(Transferências Voluntárias da União/Receita Orçamentária) (Transferências Voluntárias dos Estados/Receita Orçamentária)	Alinhamento Intergovernamental

Fonte: Vicente e Nascimento (2012).

Diferente dos supramencionados, os indicadores relacionados aos “Ciclos Político-Contábeis” abrangem aspectos da estrutura orçamentária dos entes, além de permitir a observação das relações estabelecidas entre os municípios e as outras esferas do governo, como no caso das transferências voluntárias intergovernamentais. São, portanto, indicadores complementares para uma avaliação abrangente da dinâmica fiscal dos entes em análise.

Os fatores foram extraídos com a Análise de Componentes Principais e sua quantidade definida pelo Critério da Raiz Latente (≥ 1), sendo os eixos rotacionados com a Varimax. Verificou-se a hipótese de nulidade da correlação entre as variáveis através do p-valor do teste de Esfericidade de Bartlett e o nível de correlação parcial entre elas por meio do teste Kaiser-Meyer-Olkin ($\geq 0,50$) e pelos valores diagonais da matriz de anti-imagem.

Resultado das Premissas da AFE					
Dimensão	KMO	Bartlett	Anti-Imagem	Comum.	Variância Explicada
Habilidade Orçamentária	0,652	0,000	> 0,593	> 664	83,16%
Capacidade de Investimento	0,500	0,000	> 0,498	> 668	38,22% (71,69%)
Economia Arrecadatória	0,500	0,000	> 0,498	> 668	33,47% (71,69%)
Alinhamento Intergovernamental	0,500	0,000	> 0,500	= 548	54,77%

A significância prática das cargas fatoriais foi analisada por meio das comunalidades. Soma-se ainda o fato de os fatores resultantes possuírem cargas elevadas entre os componentes da matriz rotacionada (acima de 0,8 para os quatro primeiros e maior que 0,7 para o último). E que a capacidade de variância explicada passa de 70% nas quatro primeiras dimensões e de 50% na última. Esses resultados, aliados à capacidade das novas variáveis auxiliarem na compreensão do tópico proposto, fundamentaram sua utilização englobando as eleições de 2008, 2012 e 2016. As informações foram obtidas para cada município no Siconfi.

3.5 Estrutura Estatística

As análises estão estruturadas em três fases complementares no processo de avaliação. São estimados testes de média não paramétricos para os indicadores fiscais ao longo dos ciclos políticos para avaliar se as ideologias se diferem significativamente entre os períodos analisados. Optou-se pela utilização do Teste de Mann-Whitney pela ausência de normalidade observada nos dados.

Em seguida, para verificar a influência dos grupos partidários nos indicadores fiscais, são estimados modelos Tobit com Dados em Panel:

$$Indicadores\ Fiscais_{IFGFit} = \alpha + \mathfrak{I}'Ideologia_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde a variável dependente representa os indicadores do IFGF mencionados na Tabela 2 e as independentes compõem *dummies* para os grupos ideológicos mensurados na Figura 2. Os modelos foram estimados com efeitos aleatórios dada a sua aplicabilidade em amostras formadas aleatoriamente a partir da população, dispensando a necessidade de obter interceptação individual para cada unidade de corte transversal (Wooldridge, 2020, p. 474). A utilização do modelo Tobit decorre da especificidade das variáveis utilizadas, sendo um método adequado para modelos em que os indicadores são censurados em limites mínimos e máximos com base no valor proporcional da medida na estrutura orçamentária dos entes.

Por último, para verificar a influência das variáveis fiscais na probabilidade de recondução dos partidos políticos entre os grupos ideológicos, são estimados modelos Logísticos:

$$Probabilidade\ de\ Recondução_i = \frac{1}{1 + e^{-(\alpha + \sum \beta_n Indicadores\ Fiscais)}}$$

A variável dependente constitui os partidos reconduzidos ao longo das eleições para cada ideologia definida na Figura 2 e as independentes compõem os indicadores fiscais: IFGF, LRF e as dimensões latentes extraídas dos Ciclos Político-Contábeis. A utilização do modelo Logit decorre do aspecto qualitativo refletido na variável dependente (a recondução do partido político ao longo de duas eleições municipais sequenciais), atribuindo-se 1 para nos entes em que a recondução foi observada e 0 para os demais.

Ressalta-se que a análise proposta não refuta a possibilidade de que outras variáveis sejam influenciadas pela posição ideológica dos partidos políticos, sejam elas políticas, econômicas ou ambientais. No entanto, essa pesquisa possui um foco delimitado na dinâmica fiscal e orçamentária dos entes, constituindo um objetivo central a avaliação do comportamento dessas variáveis. Outras variáveis e possibilidades analíticas podem ser acrescentadas aos modelos aqui evidenciados.

4. Análise dos Resultados

4.1 Avaliação Ideológica dos Ciclos Políticos

A Tabela 5 apresenta as informações sobre o comportamento ideológico-partidário dos municípios da amostra. De maneira geral, ela sinaliza a categorização dos partidos, a ideologia média dos grupos nos ciclos políticos e a representação partidária na política subnacional.

Tabela 5 – Representação ideológica dos partidos políticos nas eleições

Partidos	2008	2012	2016	Partidos	2008	2012	2016	Partidos	2008	2012	2016
DEM	▼	▼	▼	PR	◀	◀	◀	PSL	◀	◀	◀
PCdoB	▲	▲	▲	PRB	◀	◀	◀	PT	▶	▶	▲
PDT	▶	▶	▶	PROS	-	-	**	PTdoB	◀	◀	◀
PHS	▶	▶	▶	PRP	◀	◀	◀	PTB	◀	◀	◀
PMDB	**	◀	◀	PSB	▶	▶	**	PTC	◀	◀	◀
PMN	◀	◀	◀	PSC	◀	◀	◀	PTN	◀	◀	◀
PP	◀	▼	▼	PSD	-	◀	◀	PV	▶	**	**
PPL	-	◀	◀	PSDB	**	◀	◀	REDE	-	-	▶
PPS	**	**	**	PSDC	◀	◀	◀	SD	-	-	**
Ideologia Média nas Categorias Propostas				Participação (%) das Categorias nas Prefeituras da Amostra				Recondução Eleitoral dos Grupos Ideológicos na Amostra			
Grupo	2008	2012	2016	Grupo	2008	2012	2016	Grupo	2008	2012	2016
EE	-0,696	-0,706	-0,652	EE	0,2	0,5	5,9	EE	-	-	-
CE	-0,380	-0,386	-0,452	CE	24,5	26,4	4,7	CE	53	43	8
C	0,077	-0,191	-0,001	C	41,6	5,4	18,6	C	94	11	8
CD	0,367	0,373	0,385	CD	26,4	54,1	57,6	CD	34	67	143
ED	0,682	0,727	0,680	ED	7,3	13,6	13,2	ED	19	8	17

Legenda: ▲ Extrema-esquerda (EE), ▶ Centro-esquerda (CE), ** Centro (C), ◀ Centro-direita (CD), ▼ Extrema-direita (ED).

O pluripartidarismo pode ser verificado pela participação de 27 agremiações ao longo dos anos, com expressiva atuação dos partidos de centro-direita (15). O grupo que representa a extrema-esquerda obteve a menor participação, indicando que apesar de existirem partidos que movimentam o debate político-eleitoral nesse campo ideológico (PCdoB, PCB, PCO, PSOL e PSTU), a participação ainda resulta em pouco resultado efetivo nas eleições (entre 0,2 e 5,9%).

Os partidos da centro-esquerda e centro-direita apresentaram movimentos similares em direção aos extremos. No entanto, diferentes motivos podem estar influenciando a identificação ideológica entre ambos. A instabilidade política que afeta o país desde 2013 gerou para os partidos de esquerda um cenário de extensa fragilidade (ver Power, e Rodrigues-Silveira, 2019). Como os extremos englobam sujeitos com maior fidelidade eleitoral (Downs, 1999), a guinada dos partidos da centro-esquerda para a extrema-esquerda pode representar uma reafirmação das posições ideológicas para onde há maior segurança na obtenção de votos.

A instabilidade política em um contexto multipartidário também redistribui os eleitores no continuum ideológico (Downs, 1999). Essa mobilização pode ser observada pela consolidação dos partidos que compõem a centro-direita e o alcance que esse grupo obteve ao longo das eleições e pela movimentação dos partidos de centro em direção a esse grupo.

Entre 2008 e 2016, a centro-direita chega a ocupar 57,6% das prefeituras analisadas. Esse grupo também apresenta o maior percentual de recondução entre as eleições, mostrando que dos 176 municípios que elegeram um partido do mesmo grupo ideológico, 81% deles eram de centro-direita. Soma-se ainda o fato de que qualquer partido que se posicione no centro irá em direção a um dos extremos para ampliar o número de votos (Downs, 1999), o que explica a ida do PSDB e PMDB para a centro-direita e reafirma as suas posições atuais.

Essa mudança influencia o surgimento de novos grupos e a reorganização dos antigos (Downs, 1999). Com a ida dos partidos de centro para a centro-direita, esse espaço passa a ser ocupado por novas agremiações (PROS e SD). Além disso, alguns partidos que estavam na centro-esquerda passam a disputar os votantes do centro, como o PSB e o PV. Por fim, a REDE pode ser pensada como uma agremiação que surge na centro-esquerda para representar perspectivas não suficientemente abarcadas ideologicamente, sendo criada essencialmente para “ganhar eleições” (Downs, 1999, p. 148).

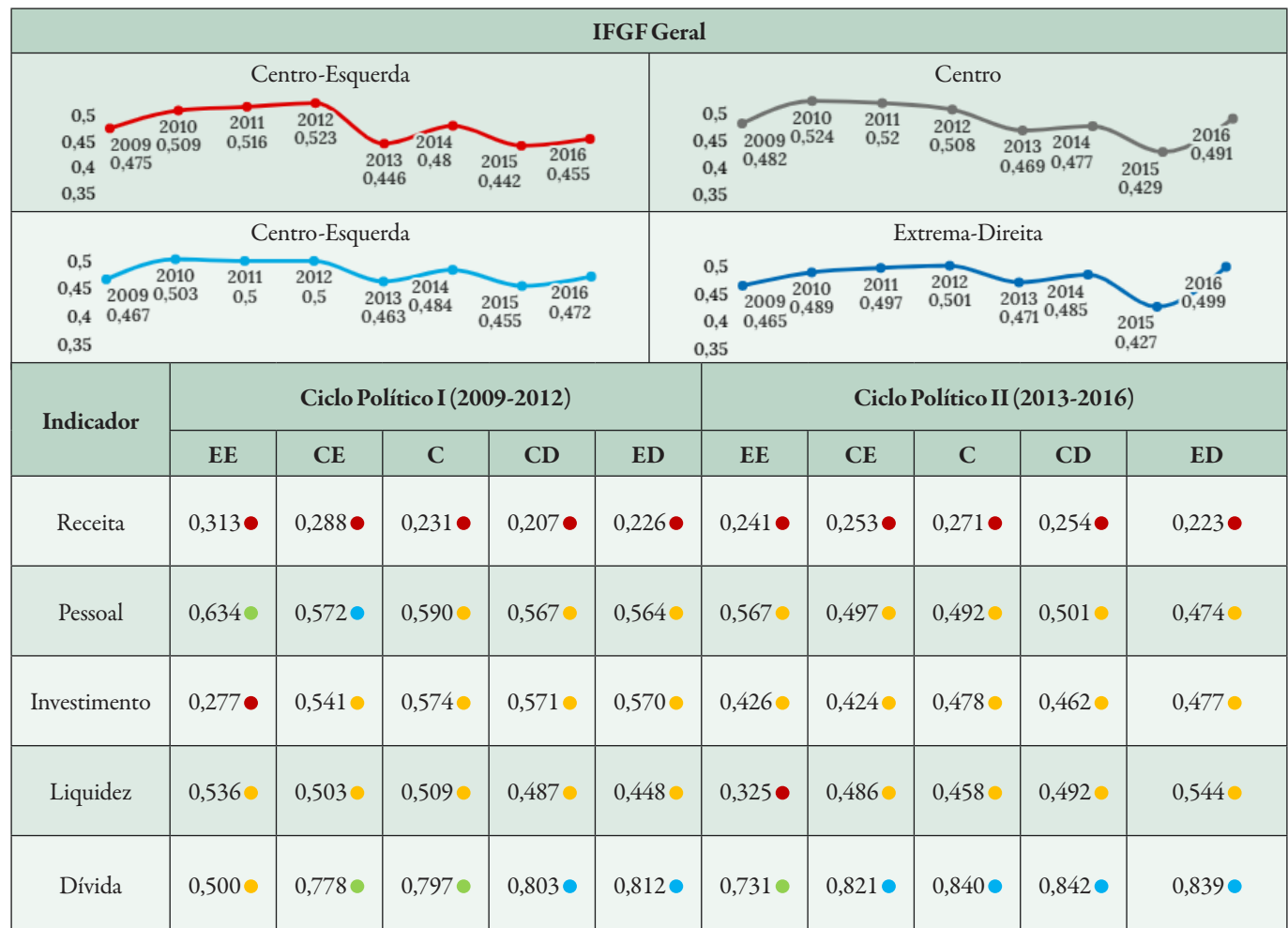
A participação dos grupos ideológicos reforça essa análise, pois entre os anos eleitorais observa-se a expansão e permanência da centro-direita, enquanto a centro-esquerda menos vitórias. Ressalta-se ainda que a extrema-direita atua de forma mais significativa que a extrema-esquerda e que a sua permanência está em patamares superiores à centro-esquerda em 2016. Nesse mesmo ano, a nova organização dos partidos de centro passa a ocupar 18,6% das prefeituras, percentual significativo em relação a 2012 (5,4%).

Essas informações sinalizam que a recente instabilidade política está representada na posição ideológica dos partidos durante os ciclos e que a ampliação do espaço atribuído à centro-direita pode ajudar a compreender a importância da ideologia sobre a gestão fiscal.

4.2 Análise Descritivas dos Indicadores Fiscais

A Tabela 6 apresenta o comportamento do IFGF (geral e subindicadores) durante dois ciclos políticos completos. O valor médio de cada variável também é apresentado e as análises estão apoiadas em testes de média (Mann-Whitney – MW) entre as ideologias e períodos para auxiliar na interpretação.

Tabela 6 – Comportamento do IFGF com base nos grupos ideológicos



Legenda: ● Gestão Crítica, ● Em Dificuldade, ● Boa Gestão, ● Excelência.

Nota: Testes de média foram aplicados no IFGF Geral em anos pré-eleitoral e eleitoral tomando como ideologia de referência a Centro-Direita.

Os gráficos da Tabela 6 mostram como o IFGF Geral se comporta com base nas ideologias. Ressalta-se que a extrema-esquerda foi excluída pela baixa participação no cenário político municipal, com apenas uma prefeitura no primeiro ciclo político e duas no segundo, destoando significativamente dos demais.

Os resultados apontam que o primeiro ciclo engloba períodos de desenvolvimento da condição fiscal dos municípios, com posições de crescimento e estabilidade nos quatro grupos ideológicos. Já o segundo compreende anos de instabilidade fiscal que refletem o contexto socioeconômico e político do país à época. Os testes de média não ressaltaram nenhum comportamento representativo o suficiente para diferenciar a condição fiscal com base na ideologia, sinalizando que todos os grupos apresentaram Dificuldade ao longo dos anos e que as oscilações observadas no segundo ciclo são semelhantes, expondo que a fragilidade municipal ao cenário macroeconômico independe da ideologia em mandato.

Entre os demais itens, a capacidade de arrecadação está representada no indicador de Receita Própria e aponta para a situação crítica em todos os grupos ideológicos. Esse resultado reflete a dependência crônica dos municípios pelas transferências intergovernamentais e a vulnerabilidade da estrutura orçamentária frente às condições econômicas que podem afetar o repasse de recursos. Nos níveis observados, o total de receitas geradas não alcança 30% da RCL, refletindo na inflexibilidade orçamentária para atender ao funcionalismo público e na capacidade limitada das prefeituras desenvolverem ações que ampliem a percepção de competência sobre os partidos.

Outro gasto que representa a rigidez do orçamento é a Despesa com Pessoal, atualmente o mais significativo no contexto subnacional. A gestão em Dificuldade para as categorias ideológicas, com exceção da extrema-esquerda, aponta que 50 a 60% da RCL está sendo utilizada para o pagamento de servidores. A despeito do alto comprometimento de receitas, ressalta-se que a LRF legisla especificamente sobre essa categoria, estabelecendo limites para o executivo municipal e sanções ao seu descumprimento, como a proibição de transferências voluntárias, obtenção de garantias e contratação de operações de crédito.

Os Investimentos são especialmente relevantes por estarem relacionados aos Ciclos Político-Orçamentários e serem comumente utilizados com fins oportunistas (Rogoff, 1990). A capacidade Difícil e Crítica de alocar recursos que reflitam no bem-estar da população não diferencia substancialmente um município do outro. Essa perspectiva foi confirmada pelo teste de média, pois a centro-direita (categoria de referência) não aplicou mais recursos como proporção da RCL que as demais ideologias em nenhum dos ciclos políticos, reforçando que todas se encontram com patamares limitados de investimento.

Nível semelhante é observado para a suficiência de caixa descrita no indicador de Liquidez, que sinaliza a proporção de restos a pagar acumulada sobre os ativos financeiros disponíveis. O Sistema Firjan destaca o uso sistemático de restos a pagar como estratégia de financiamento da despesa, de forma que os municípios utilizam dessa possibilidade para postergar o pagamento das obrigações (IFGF, 2016). Esse procedimento é ainda mais problemático quando os entes não fazem a reserva de recursos financeiros e comprometem o orçamento de períodos seguintes. Os resultados demonstram Dificuldade em todos os grupos ideológicos e uma condição crítica para a extrema-esquerda no segundo ciclo.

Por fim, o Custo da Dívida, que representa o comprometimento de receitas líquidas reais para o pagamento de juros e amortizações de empréstimos, é o melhor entre os indicadores analisados, pois as prefeituras apresentam posições confortáveis (entre Bom e Excelente) para todas as ideologias. Tal resultado pode ser decorrente das restrições legais impostas na emissão de títulos públicos e o acesso limitado à contratação de dívida em pequenos municípios.

Para complementar a análise, testes de média foram aplicados em períodos ligados aos ciclos políticos (pré-eleitoral e eleitoral) para verificar se existem diferenças entre as estratégias ideológicas na alocação de recursos em Investimentos. No primeiro ciclo, aumentos nessa categoria foram observados para a centro-esquerda (19,5%) [p-valor 0,006] e centro-direita (11,8%) [p-valor 0,059], levando os grupos de Dificuldade para Boa Gestão. Salienta-se que no ano eleitoral os partidos estão inclinados a elevarem os investimentos para sinalizar competência aos eleitores (Klein e Sakurai, 2015), processo que tende a gerar retornos favoráveis nas urnas (Sakurai e Menezes-Filho, 2011; Gama Neto, 2019).

No segundo, a instabilidade fiscal do período leva a centro-esquerda (-10%) [p-valor 0,068] e centro-direita (-12,2%) [p-valor 0,017] de volta à capacidade Crítica de Investimento em 2016. Destaca-se que esses são os únicos grupos com variações significativas na proporção de volumes aportados e que os demais não sofreram variações representativas. Na contramão dos Investimentos, há uma melhora na capacidade de Liquidez, com destaque para a extrema-esquerda (35,4%) [p-valor 0,010], que passa a apresentar Boa Gestão. O gasto com pessoal acompanha esse movimento, com melhora expressiva para a extrema-direita (29%) [p-valor 0,005] e centro-direita (10,9%) [p-valor 0,012].

Argumentos possíveis para esse comportamento estão ligados às limitações impostas na LRF para o aumento da despesa com pessoal nos últimos seis meses de mandato, além da impossibilidade de contrair obrigações sem cobertura de caixa nos dois últimos quadrimestres do ano eleitoral, o que pode refletir positivamente nos indicadores.

Na Tabela 7 estão os gastos percentuais e as margens sobre os limites impostos na LRF, indicando que o complicador da condição fiscal municipal é a despesa com pessoal.

Tabela 7 – Gasto sobre os limites impostos na LRF

	IFGF Geral					
	2008		2012		2016	
	Margem	Gasto (%) RCL	Margem	Gasto (%) RCL	Margem	Gasto (%) RCL
EE	-	-	-0,09	58,98	0,08	49,51
CE	0,19	43,27	0,11	47,99	0,06	50,53
C	0,21	42,38	0,09	48,68	0,10	48,08
CD	0,22	42,00	0,10	48,24	0,05	50,88
ED	0,22	42,08	0,08	49,20	0,08	49,52

	Dívida Consolidada			Concessão de Garantias			Operações de Crédito			Antecipação de Receita		
	2008	2012	2016	2008	2012	2016	2008	2012	2016	2008	2012	2016
EE	-	0,99 ●	0,99 ●	-	1,00 ●	1,00 ●	-	1,00 ●	1,00 ●	-	1,00 ●	1,00 ●
CE	0,97 ●	0,99 ●	0,86 ●	0,99 ●	0,98 ●	0,99 ●	0,97 ●	0,94 ●	0,95 ●	0,98 ●	1,00 ●	0,96 ●
C	0,95 ●	0,99 ●	0,96 ●	0,98 ●	0,99 ●	1,00 ●	0,98 ●	0,97 ●	0,96 ●	0,95 ●	1,00 ●	0,81 ●
CD	0,96 ●	0,99 ●	0,90 ●	1,00 ●	1,00 ●	0,99 ●	0,99 ●	0,94 ●	0,96 ●	0,86 ●	1,00 ●	0,97 ●
ED	0,95 ●	0,99 ●	0,94 ●	0,99 ●	0,99 ●	1,00 ●	0,97 ●	0,95 ●	0,97 ●	1,00 ●	1,00 ●	1,00 ●

Legenda: Margem igual a 1 (●), Margens entre 90 e 99% (●), Margens entre 80 e 89% (●).

Isso porque nos demais indicadores os municípios alcançaram margens consideráveis em relação aos máximos definidos em norma. Nenhum grupo ideológico obteve percentuais inferiores a 80%, formando um cenário confortável sobre a dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito e antecipação de receita.

Para a despesa com pessoal o cenário aponta ao menos duas tendências: (1) as margens são semelhantes entre as ideologias e (2) mais recursos proporcionais à RCL são demandados pelos governos ao longo dos anos. No primeiro item, observa-se que os grupos estão bem próximos do percentual máximo definido na LRF (54%), com variações entre 42 e 58%, sendo a extrema-esquerda a única a ultrapassar o teto indicado. O teste de média reforça essa interpretação, pois a única diferença representativa em relação à centro-direita (50,8%) foi o centro (48,0%), indicando que os partidos centristas comprometeram menos receitas nessa categoria em 2016 [p-valor 0,096].

Para o segundo, a diminuição das margens e a aproximação do limite máximo reflete os períodos de instabilidade ora mencionados, sinalizando que os grupos podem estar dispondo de menos receitas, diminuindo a base de cálculo da RCL, ou ainda que a estrutura municipal está se ampliando sem que haja crescimento na capacidade de obtenção de recursos em paralelo.

Por fim, a Tabela 8 evidencia a média das dimensões latentes extraídas dos indicadores relacionados aos Ciclos Político-Contábeis sugeridos por Vicente e Nascimento (2012).

Tabela 8 – Dados médios das dimensões latentes

Ideologia	Habilidade Orçamentária	Capacidade de Investimento	Economia Arrecadatória	Alinhamento Intergovernamental
EE	-0,1922 ▼	-0,7401 ▼	-0,0266 ▼	-0,2641 ▼
CE	-0,0687 ▼	-0,0238 ▼	0,1782 ▲	-0,0601 ▼
C	-0,0874 ▼	0,1979 ▲	-0,0254 ▼	-0,0497 ▼
CD	0,0336 ▲	-0,2152 ▼	-0,0365 ▼	0,0905 ▲
ED	0,2102 ▲	0,1354 ▲	-0,1357 ▼	-0,0060 ▼
Interpretação	> melhor	> melhor	> melhor	> melhor

Legenda: Melhores Resultados (▲), Resultados Intermediários (▼), Piores Resultados (▼).

A habilidade orçamentária representa a capacidade dos grupos executarem orçamentos equilibrados e desenvolverem estratégias consistentes para arrecadação dos débitos inscritos em dívida ativa. Hibbs (1977) sinaliza que o equilíbrio fiscal é uma das prioridades dos partidos de direita, o que pode ser observado, pois a centro-direita e a extrema-direita possuem as melhores médias nessa área, sendo elas superiores em relação ao centro [p-valor 0,004; 0,002] e à centro-esquerda [p-valor 0,083; 0,051].

Já a capacidade de investimento sinaliza a condição das prefeituras direcionarem receitas para as áreas com maior visibilidade eleitoral. O centro e a extrema-direita se destacam, com valores indicando uma estrutura orçamentária com melhor capacidade para investir. Nos demais grupos, uma estratégia seria a redistribuição dos recursos entre as categorias econômicas da despesa, retraindo os gastos correntes e ampliando os de capital (Klein e Sakurai, 2015).

Ressalta-se que mesmo a habilidade orçamentária sendo uma característica relevante da centro-direita, a baixa capacidade de investimento pode estar sendo influenciada pelo tamanho do funcionalismo público, já que orçamentos mais comprometidos com gastos obrigatórios deixam menos espaço para a execução de outras despesas.

Além disso, a capacidade limitada de investimento da centro-esquerda e centro-direita pode ser interpretada com os resultados da Tabela 6, pois mesmo essas ideologias possuindo menos condições de investir em períodos eleitorais, acréscimos representativos nessa categoria foram observados em 2012. Para o centro e a extrema-direita, as variações não foram suficientes para gerar uma alteração significativa na variável, o que pode sinalizar a perspectiva oportunista e o prejuízo fiscal das decisões para a centro-esquerda e centro-direita.

A economia arrecadatória representa a capacidade dos municípios pouparem recursos com base na representatividade das receitas tributárias. A retenção de caixa é relevante porque os partidos podem economizar entre os anos visando expandir de forma atípica a despesa no ano eleitoral. Apesar da centro-esquerda apresentar melhor resultado nessa dimensão, não é possível afirmar que a economia seja, na média, superior às demais ideologias. Parte desse comportamento está refletido na baixa capacidade de arrecadação demonstrada pelo indicador de Receita na Tabela 6, ressaltando a fragilidade fiscal dos municípios.

Por último, o alinhamento intergovernamental simboliza o suporte estratégico que as ideologias obtêm através das transferências voluntárias de outras esferas do governo. Apenas a centro-direita apresenta condição positiva, indicando a capacidade do grupo desenvolver alianças e consolidar o apoio eleitoral nos municípios. Tal alinhamento é expressivo em relação aos partidos de centro-esquerda [p-valor 0,089], confirmando a sua habilidade de articulação.

4.3 Análise das Estimções Estatísticas

A Tabela 9 apresenta as estimativas do modelo Tobit com Dados em Pannel para evidenciar a relação entre os grupos ideológicos e indicadores fiscais. As equações foram operacionalizadas em duas etapas, elegendo-se a extrema-direita como variável de referência na primeira e a centro-direita na segunda. Esse processo leva em consideração a literatura que aponta a direita como a ideologia que inclui partidos com maior responsabilidade fiscal (Hibbs, 1977, 1992). Além disso, a análise se concentra no IFGF porque compõe o grupo de indicadores com informações longitudinais para os dois ciclos políticos, abrangendo todo o período de análise (2009-2016).

Tabela 9 – Estimção do modelo Tobit com Dados em Pannel

Grupo de Referência – Extrema-Direita						
	IFGF Geral	Receita Própria	Gasto com Pessoal	Investimento	Liquidez	Custo da Dívida
EE	-0,0938 ⁽¹⁾	-0,0765 ⁽¹⁾	-0,1320 ⁽⁵⁾	-0,1329	-0,0410	-0,1520 ⁽¹⁾
CE	-0,0164 ⁽¹⁾	-0,0033	-0,0618 ⁽¹⁾	-0,0213	0,0037	0,0071
C	0,0113 ⁽⁵⁾	-0,0101 ⁽¹⁾	-0,0015	0,0504 ⁽¹⁾	0,0011	0,0042
CD	-0,0210 ⁽¹⁾	0,0057	-0,0892 ⁽¹⁾	-0,0298 ⁽⁵⁾	0,0129	0,0199 ⁽¹⁾
α	0,4965 ⁽¹⁾	0,2403 ⁽¹⁾	0,6204 ⁽¹⁾	0,5235 ⁽¹⁾	0,4706 ⁽¹⁾	0,7993 ⁽¹⁾

Grupo de Referência – Centro-Direita						
	IFGF Geral	Receita Própria	Gasto com Pessoal	Investimento	Liquidez	Custo da Dívida
EE	-0,0727 ⁽⁵⁾	-0,0823 ⁽¹⁾	-0,0428	-0,1031	-0,0540	-0,1720 ⁽¹⁾
CE	0,0046	-0,0091 ⁽¹⁾	0,0273 ⁽¹⁾	0,0084	-0,0092	-0,0128 ⁽⁵⁾
C	0,0324 ⁽¹⁾	-0,0159 ⁽¹⁾	0,0876 ⁽¹⁾	0,0802 ⁽¹⁾	-0,0117	-0,0156 ⁽¹⁾
CD	0,0210 ⁽¹⁾	-0,0057	0,0892 ⁽¹⁾	0,0298 ⁽⁵⁾	-0,0129	-0,0199 ⁽¹⁾
α	0,4754 ⁽¹⁾	0,2461 ⁽¹⁾	0,5312 ⁽¹⁾	0,4937 ⁽¹⁾	0,4836 ⁽¹⁾	0,8193 ⁽¹⁾

Notas: Os resultados agregam 4.450 observações para cada variável entre 2006 e 2016, sendo as estimções válidas a 1% para o teste Wald (Prob > x2), com exceção do indicador Liquidez nos dois grupos de referência. Para o nível de significância dos coeficientes considerar: (1) significativo a 1% e (5) significativo a 5%.

É possível observar que a extrema-direita apresenta melhor desempenho fiscal para todos os coeficientes significativos em relação à extrema-esquerda e centro-esquerda. Esse resultado abrange: (a) melhor condição fiscal geral, (b) maior autonomia na geração de receitas próprias, (c) menor rigidez orçamentária e (d) menor dispêndio com o pagamento de juros e amortização de empréstimos. Tais estimativas podem ser analisadas com os valores médios das dimensões latentes discutidas na Tabela 8. Isso porque a extrema-direita apresenta maior habilidade nas práticas orçamentárias e dispõe de maior capacidade de investimento (o que é compatível com a capacidade do grupo gerir a estrutura de pessoal).

Ao posicionar a centro-direita como grupo de referência, observa-se uma tendência compatível à análise anterior, pois, com exceção da gestão da estrutura de pessoal na centro-esquerda no segundo ciclo político, os demais indicadores sinalizam melhores condições fiscais da centro-direita em relação aos partidos posicionados mais à esquerda do continuum ideológico. Nesse ponto, ressalta-se a capacidade da centro-direita apresentar: (a) melhor condição fiscal geral, (b) captar mais receitas através da arrecadação própria e (c) gastar menos com encargos de títulos de dívida. Salienta-se que, assim como a extrema-direita, a habilidade orçamentária também constitui uma característica da centro-direita.

Ao relacionar essa discussão aos partidos de centro, verifica-se que esse grupo sinaliza melhor condição fiscal agregada, apesar da baixa autonomia arrecadatória e do maior gasto com o custo da dívida, e possuem melhores condições de gerir a estrutura de servidores ativos, inativos e pensionistas nos municípios, bem como melhores condições de aplicarem gastos em investimentos em relação aos partidos posicionados mais à direita. Portanto, apesar da qualidade fiscal evidente entre os partidos de direita em relação aos de esquerda, esse comportamento não se repete quando a categoria ideológica analisada é o centro, que sinalizam melhores condições gerais e maior capacidade de investimento.

Por fim, entre as direitas (categorias de referência), verifica-se que os municípios liderados pela extrema-direita apresentaram melhores níveis fiscais gerais, maior capacidade de alocar recursos em investimentos e uma estrutura de pessoal mais compatível às exigências normativas. Já a centro-direita direciona menos recursos nas obrigações estabelecidas com terceiros.

Apesar da baixa autonomia fiscal e da exposição dos municípios ao cenário econômico, as análises reforçam uma tendência sinalizada pela literatura nos Ciclos Político-Econômicos, que aponta as ideologias de direita como as que tratam a responsabilidade fiscal e o equilíbrio das contas públicas como prioridades na condução do Estado em relação partidos de esquerda (Hibbs, 1977, 1992; Alesina e Sachs, 1988; Alesina, 1989). A despeito desse resultado não ser unânime para todos os indicadores e os achados não serem aplicáveis aos partidos de centro, as relações se mostram razoáveis especialmente ao considerarmos como parâmetro as ideologias de esquerda. Havendo, portanto, uma maior inclinação à responsabilidade fiscal pelos partidos posicionados mais à direita no continuum ideológico em relação a esse grupo.

Outro ponto a ser ressaltado é que tais resultados estendem a possibilidade de avaliar ideologicamente a condição fiscal das organizações públicas a partir das premissas dos Ciclos Político-Orçamentários (Rogoff e Sibert, 1988; Rogoff, 1990), pois decisões estratégicas relacionadas a incentivos político-eleitorais foram observadas e refletem na capacidade dos municípios prestarem serviços de forma planejada e equilibrada, posicionando essa pesquisa junto a estudos correlatos (Nakaguma e Bender, 2010; Klein, 2010; Klein e Sakurai, 2015; Queiroz, 2015; Gama Neto, 2019), além de colaborar com investigações que introduzem na discussão fiscal elementos da ideologia política (Sakurai, 2009; Sakurai e Menezes-Filho, 2011; Bartoluzzio e Anjos, 2020).

Por último, a Tabela 10 evidencia a probabilidade de recondução eleitoral dos partidos com base nas variáveis fiscais. A chance de manutenção partidária é analisada para os municípios que mantiveram o grupo político (posicionado na mesma categoria ideológica) entre duas eleições sequenciais. Optou-se pelo IFGF Geral como representante dos indicadores do Sistema Firjan em decorrência da multicolinearidade observada entre os subindicadores por meio do *Variance Inflation Factor* (VIF). O mesmo ocorreu para os indicadores mensurados com base na LRF, pois com exceção da Margem dos Gastos com Pessoal, os demais índices apresentaram valores próximos a 1 (ver Tabela 7).

Tabela 10 – Estimação do modelo Logit

Indicador Fiscal	CE	C	CD	ED
IFGF Geral	3,783 ⁽¹⁰⁾	5,032 ⁽¹⁰⁾	-2,255	-3,579
Habilidade Orçamentária	-3,393 ⁽⁵⁾	0,878	0,607	-0,043
Capacidade de Investimento	0,136	-0,076	0,667 ⁽⁵⁾	0,607
Economia Arrecadatória	-0,276	-0,218	-0,623	0,450
Alinhamento Intergovernamental	-0,677 ⁽¹⁰⁾	-0,187	-0,360	0,933 ⁽⁵⁾
Gasto com Pessoal (Margem)	3,049 ⁽⁵⁾	4,145 ⁽⁵⁾	-0,106	-12,429 ⁽⁵⁾
α	-3,532 ⁽¹⁾	-4,845 ⁽¹⁾	-0,258	1,210
Wald	23,05 ⁽¹⁾	28,35 ⁽¹⁾	11,24 ⁽¹⁰⁾	20,17 ⁽¹⁾
R2	13,65	14,80	7,24	29,30
Observações	133	187	155	98
VIF	<2,25	<3,34	<2,15	<5,90

Notas: O grau de significância das variáveis independentes foi avaliado pelo Teste Wald, que se mostra favorável à sua aplicabilidade em níveis entre 1 e 10%. Já a ausência de multicolinearidade foi observada através do Variance Inflation Factor (VIF). Para o nível de significância dos coeficientes considerar: (1) significativo a 1%, (5) significativo a 5% e (10) significativo a 10%

É possível observar que a centro-esquerda e o centro tendem a ser recompensados pelo aumento da condição fiscal nos municípios. Isso porque a cada variação de uma unidade no IFGF Geral, a razão de chance do partido ser reconduzido aumenta em 4.297% para a centro-esquerda e 15.234% para o centro. Movimento semelhante é verificado para as margens sobre o Gasto com Pessoal, que aumenta chance de permanência em 2.011% e 6.212%, respectivamente.

É relevante destacar a posição negativa da Habilidade Orçamentária e a redução na razão de chance (96,64%) de recondução eleitoral para o aumento de uma unidade no indicador da centro-esquerda. Apesar da relação estabelecida para o IFGF Geral e para os Gastos com Pessoal, que são variáveis mais abrangentes da condição fiscal municipal, esse resultado destaca a tolerância dos eleitores de esquerda na geração de orçamentos deficitários e maior compatibilidade a ações expansionistas em períodos eleitorais.

A literatura em Ciclos Político-Orçamentários no Brasil já sinaliza a expansão da despesa pública em períodos de maior evidência política (Sakurai, 2005; Nakaguma e Bender, 2010; Sakurai e Menezes-Filho, 2011), sendo essa ação geralmente atrelada à tentativa de sinalização de competência ao eleitorado entre os partidos de esquerda (Alesina, Cohen e Roubini, 1993). Esse resultado não apenas segue essa tendência, como sinaliza que esse grupo pode contribuir nas discussões sobre conservadorismo fiscal e aceitabilidade de déficits orçamentários (Drazen e Eslava, 2005; Klein, 2010).

A centro-direita é valorizada em municípios com melhor capacidade de investimento, indicando que a variação de uma unidade nessa variável aumenta em 95% a razão de chance de permanência dos partidos no Poder Executivo. Cabe ressaltar que expansões significativas em mais de 11% foram observadas entre os anos pré-eleitoral e eleitoral no indicador de Investimentos do IFGF (ver Tabela 6). Como essa ideologia apresenta a menor capacidade média de investimento na análise das dimensões latentes (-0,2152), aumentos de curto prazo podem estar sinalizando o oportunismo político-eleitoreiro atrelado à expansão nas áreas finalísticas (Sakurai e Menezes, 2008; Klein e Sakurai, 2015; Queiroz, 2015).

Por fim, a habilidade de articulação refletida no alinhamento entre governos apresenta efeito negativo para a centro-esquerda (49,23% menos chance de recondução) e positivo para a extrema-direita (154,24% mais chance), sugerindo que o apoio representado pelas transferências intergovernamentais favorece a chance de permanência da direita nas prefeituras.

Salienta-se que apesar da extrema-direita apresentar condição fiscal de destaque quando comparada às demais ideologias (ver Tabela 9), nenhuma relação significativa entre a melhora fiscal das instituições e a permanência desse grupo foi observada (com exceção do Gasto com Pessoal, que reduz em 99,99% a razão de chance de recondução pela variação de uma unidade no indicador). Uma explicação que pode ajudar a compreender esse resultado é que os extremos englobam eleitores com preferências definidas sobre o comportamento ideológico dos partidos (Downs, 1999), pois espera-se que a direita tenha como prioridade o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas públicas (Hibbs, 1992), condição primária para os votantes desse grupo.

5. Conclusão

Discutir a gestão fiscal municipal a partir da ideologia partidária constituiu o objetivo central desta pesquisa. Para tanto, uma releitura da Teoria dos Ciclos Políticos foi desenvolvida com base na relação entre a atividade política e a ideologia partidária, considerando-se os aspectos singulares que permeiam a dinâmica da política brasileira. A despeito da exposição dos municípios ao cenário socioeconômico e político e da baixa autonomia dessas instituições na condução do Estado, é possível aceitar a hipótese de que os partidos posicionados ao longo do continuum ideológico se diferenciam entre si com base na gestão fiscal (H1), sendo essa uma ação relacionada à tentativa de representar diferentes grupos eleitorais (Downs, 1957, 1999).

De maneira geral, os partidos posicionados mais à direita apresentaram melhores condições fiscais em relação aos partidos situados mais à esquerda, o que abrange a autonomia na geração de receitas e menor nível de gasto com juros e amortização de empréstimos. Para o nível de comprometimento da estrutura orçamentária com despesas de pessoal, o resultado não é unânime entre os ciclos, indicando que a extrema-direita apresentou melhor resultado nesse item em relação à esquerda, enquanto a centro-direita apresentava uma estrutura de pessoal menos compatível com as determinações normativas em relação à centro-esquerda.

Outro destaque pode ser atribuído à capacidade fiscal geral e de investimento dos partidos de centro. Isso porque os partidos nessa posição apresentaram melhor condição fiscal geral, uma gestão orçamentária que compromete menor volume de recursos com a estrutura de pessoal (orçamentos menos engessados) e maior capacidade de investimento em relação aos grupos mais à direita do continuum ideológico. Isso apesar da baixa autonomia dos municípios, nessa categoria, obterem receitas próprias e do maior comprometimento de recursos com serviços de dívida.

Parte dos resultados também confirma uma tendência sinalizada na TCP de que os eleitores de esquerda são mais tolerantes a déficits fiscais em períodos eleitorais (H1a). Isso porque, além de apresentarem desempenho fiscal inferior à direita, a elaboração de orçamentos deficitários apresenta efeito positivo na recondução dos partidos de centro-esquerda, o que pode favorecer o oportunismo sinalizado em Rogoff (1990) e a geração de ciclos através da execução da despesa pública com base nas premissas dos Ciclos Político-Orçamentários.

Na análise dos resultados eleitorais, observa-se que o centro e a centro-esquerda são as ideologias recompensadas pela melhora da estrutura fiscal dos municípios. Para a direita esse processo não acontece, o que pode ser compreendido a partir das expectativas dos eleitores sobre as prioridades fiscais, já que a responsabilidade fiscal e o equilíbrio orçamentário são premissas basilares na condução dos governos de direita (Hibbs, 1977, 1992). Soma-se ainda a dificuldade de responsabilização eleitoral no cenário político brasileiro, marcado pelos estilos individuais de representação e pela personalização do voto (Rebello, 2015; Salles e Guarnieri, 2019), o que pode explicar parte do comportamento observado.

Os achados sinalizam a possibilidade de se desenvolver discussões consistentes sobre a gestão fiscal e orçamentária no contexto subnacional brasileiro a partir do diálogo entre a ideologia partidária e os Ciclos Político-Orçamentários. Ampliar essas investigações permite uma melhor compreensão sobre o comportamento fiscal dos partidos e as expectativas dos grupos eleitorais sobre o desempenho observado, tópicos que podem continuar sendo explorados em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESINA, Alberto. (1987), “Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game”, *Quarterly Journal of Economics*, v. 102, n. 3: 651-678.
- ALESINA, Alberto. (1989), “Politics and business cycles in industrial democracies”, *Economy Policy*, v. 4, n. 8: 55-98.
- ALESINA, Alberto; SACHS, Jeffrey. (1988), “Political parties and the business cycle in the United States, 1948-1984”, *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 20, n. 1: 63-82.
- ALESINA, Alberto; COHEN, Gerald D.; ROUBINI, Nouriel. (1993), “Electoral business cycle in industrial democracies”, *European Journal of Political Economy*, v. 9: 1-23.
- BARTOLUZZIO, Alann I. S. S.; ANJOS, Luiz C. M. (2020), “Ciclos políticos e gestão fiscal nos municípios brasileiros”, *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, n. 2: 167-180
- BOBBIO, Noberto. (1995), “Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política”, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- BOLOGNESI, Bruno; BABIRESKI, Flávia R.; MACIEL, Ana P. B. (2019), “Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil”, *Política e Sociedade*, v. 18, n. 42: 86-116.
- BRENDER, Adi; DRAZEN, Allan. (2008), “How do budget deficits and economic growth affect reelection prospects? Evidence from a large panel of countries”, *The American Economic Review*, v. 98, n. 5: 2203-2220.
- CARREIRÃO, Yan S. (2014), “O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 14: 255-295.
- CRUZ, Cláudia F.; AFONSO, Luís. E. (2018), “Gestão fiscal e pilares da lei de responsabilidade fiscal: evidências em grandes municípios”, *Revista de Administração Pública*, v. 52, n.1: 126-148.
- DOWNS, Anthony. (1957), “An economic theory of political action in a democracy”, *Journal of Political Economy*, v. 65, n. 2: 135-150.
- DOWNS, Anthony. (1999), “Uma teoria econômica da democracia (1a ed)”, Editora da Universidade de São Paulo.
- DRAZEN, Allan; ESLAVA, Marcela. (2005), “Electoral manipulation via expenditure composition: theory and evidence”, *NBER Working Paper 11085*.
-

DRAZEN, Allan; ESLAVA, Marcela. (2010), “Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence”, *Journal of Development Economics*, v. 92: 39-52.

ESLAVA, Marcela. (2005), “Political budget cycles or voters as fiscal conservatives? Evidence from Colombia”, *Universidad de Los Andes*, 2005.

GAMA NETO, Ricardo B. (2019), “Resultado primário e ciclo político-eleitoral nos estados brasileiros (1987-2010)”, *Dados*, v. 62, n. 2: 1-32.

HERWARTZ, Helmut; THEILEN, Bernd. (2017), “Ideology and redistribution through public spending”, *European Journal of Political Economy*, v. 46: 74–90.

HIBBS JR., Douglas. (1977), “Political parties and macroeconomic policy”, *The American Economic Review*, v. 71, n. 4: 1467-1487.

HIBBS JR., Douglas. (1992), “Partisan theory after fifteen years”, *European Journal of Political Economy*, v. 8, n. 3: 361-373.

IFGF. (2016), “Índice Firjan de Gestão Fiscal: ano base 2016”, Recuperado de: <https://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/>.

JORGE, Vladimyr L.; FARIA, Alessandra M. T.; SILVA, Mayra G. (2020), “Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura”, *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 33: 1-44.

KLEIN, Fabio A. (2010), “Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil”, *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 2: 283-337.

KLEIN, Fabio A.; SAKURAI, Sergio N. (2015), “Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy”, *European Journal of Political Economy*, v. 37: 21-36.

MAGKONIS, Georgios; ZEKENTE, Kalliopi-Maria M.; LOGOTHETIS, Vasilios. (2021), “Does the left spend more? An econometric survey of partisan politics”, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/obes.12426>

MANJHI, Ganesh; MEHRA, Meeta K. (2019), “Dynamics of political budget cycles”, *Italian Economic Journal*, v. 5: 135-158.

NAKAGUMA Marcos Y.; BENDER, Siegfried. (2010), “Ciclos políticos e resultados eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro”, *Revista Brasileira de Economia*, v. 64, n. 1: 3-24.

NORDHAUS, William D. (1975), “The political business cycle”, *Review of Economic Studies*, v. 42, n. 2: 169-190.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. (2009), “Estimating ideology of brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication”, *Latin American Research Review*, v. 44, n. 1: 218-246.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. (2012), “Elite preferences in a consolidating democracy: the brazilian legislative surveys, 1990-2009”, *Latin American Politics and Society*, v. 54, n. 4: 1-27.

POWER, Timothy J.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. (2019), “Mapping ideological preferences in brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study”, *Brazilian Political Science Review*, v. 13, n. 1: 1-27.

QUEIROZ, Dimas B. (2015), “*Composição dos gastos públicos e resultados eleitorais: um estudo nos municípios brasileiros* (Tese de Doutorado)”, Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis - UNB, UFPB e UFRB. Rio Grande do Norte, Brasil.

REBELLO, Maurício M. (2015), “A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade”, *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 54: 69-90.

ROGOFF, Kenneth (1990), “Equilibrium political budget cycles”, *The American Economic Review*, v. 80, n. 1: 21-26.

ROGOFF, Kenneth; e SIBERT, Anne. (1988), “Elections and macroeconomic policy cycles”, *Review of Economic Studies*, v. 55, n. 1: 1-16.

SAKURAI, Sergio N. (2005), “Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas”, *Estudos Econômicos*, v. 35, n. 2: 297-315.

SAKURAI, Sergio N. (2009), “Ciclos políticos nas funções orçamentárias dos municípios brasileiros: uma análise para o período de 1990-2002 via dados em painel”, *Estudos Econômicos*, v. 39, n. 1: 39-58.

SAKURAI, Sergio N.; MENEZES-FILHO, Naercio. (2011), “Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level”, *Public Choice*, v. 148: 233-247.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, Naercio A. (2008), “Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities”, *Public Choice*, v. 137: 301-314.

SALLES, Nara; GUARNIERI, Fernando. (2019), “Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário”, *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 72: 1-22.

SHI, Min; SVENSSON, Jakob. (2006), “Political budget cycles: do they differ across countries and why?”, *Journal of Public Economics*, v. 90: 1367-1389.

SILVA, Denisson et al. (2013), “Downs vence mais uma vez? Posicionamento ideológico-partidário nas eleições de 2012”, *Revista Política Hoje*, v. 22, n. 1: 206-249.

STROM, Kaare. (1990), “A behavioral theory of competitive political parties”, *American Journal of Political Science*, v. 34, n. 2: 565-598.

TAROUCO, Gabriela S.; MADEIRA, Rafael M. (2013a), “Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil”, *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 45: 149-165.

TAROUCO, Gabriela S.; MADEIRA, Rafael M. (2013b), “Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos”, *Revista Debates*, v. 7, n. 2: 93-114.

TAROUCO, Gabriela S.; MADEIRA, Rafael M. (2015), “Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert Survey”, *Civitas*, v. 15, n. 1: 24-39.

TAROUCO, Gabriela S.; VIEIRA, Soraia M.; MADEIRA, Rafael M. (2015), “Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários”, *Revista Política Hoje*, v. 24, n. 2: 135-150.

TELLIER, Geneviève. (2006), “Public expenditures in Canadian provinces: an empirical study of politico-economic interactions”, *Public Choice*, v. 126, n. 3/4: 367-385.

VICENTE, Ernesto F. R.; NASCIMENTO, Leonardo S. N. (2012), “A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil”, *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 6, n. 14: 102-126.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. (2020), “*Introductory econometrics: a modern approach* (7a ed)”. Cengage Learnin.
